

A CDF explica sua posição sobre voto

Há muito tempo lutando pela representação política para Brasília, a Associação Comercial divulgou ontem documento em que defende e explica sua posição. Ei-lo:

“Brasília, a capital que todos nós escolhemos para viver, que ajudamos a edificar tijolo por tijolo, pedra por pedra, que escolhemos para educar os filhos - a maioria deles aqui nascidos após a epopéia da inauguração - não pode sofrer a permanente e sistemática injustiça da exceção.

Todas as unidades que constituem a Federação, inclusive os seus Territórios, mantêm no Congresso Nacional delegados ungidos sacramentalmente nas urnas, com o direito assegurado ao debate aberto e à livre manifestação para o encaminhamento de suas pretensões.

A Capital da República - cérebro das altas decisões nacionais - forma no paralelo dessa regra a grande iniquidade que a força do princípio da analogia não deve, não tolere e não conesta, à luz do salutar conceito de isonomia inscrito peremptoriamente na Carta Magna, de que todos são iguais perante a lei.

Ultrapassadas que foram as estimativas idealizadas de uma população para a Capital, no ano 2.000, em torno de 600 mil habitantes, as estatísticas estão a demonstrar que ela alcançará quase o triplo ao comemorar seus 25 anos.

Há que aduzir a esta evidência, todo um conjunto populacional de elevado nível cultural com um reduzido índice do analfabetismo, capacitando os brasilienses com os indispensáveis ele-

mentos: de discernimento para traçarem os seus próprios destinos.

Dessa concentração humana que idealiza, trabalha, constrói e estuda, forjou-se têmpera de autênticos desbravadores, de avós a netos, estruturando uma indústria de transformação, fortalecendo o comércio, instalando vários jornais e emissoras de rádio e televisão, fazendo funcionar centenas de escolas de segundo grau e algumas universidades, o que forma, a largos traços, todo um complexo humano de que hoje a capital é dotada.

A esta altura Brasília já é uma cidade adulta.

Se evoluiu para a maturidade, também é chegada a hora de que tal realidade seja reconhecida pela lei.

Não mais se compreende o descompasso entre um eleitorado consciente e a incompatibilidade de exercer o direito do voto. Mais que o direito, o dever.

Estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 147, que “são eleitores os brasileiros maiores de 18 anos, alistados na forma da lei”, acrescentando o seu parágrafo primeiro que o “alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei”.

Dessa forma, o impedimento do eleitor brasiliense tipifica uma violação, e mais do que isto, uma injustiça constitucional inexplicável.

Não se situa ele no plano da igualdade perante os demais eleitores. Ficou despojado do seu direito de participar, transformando-se num pária na paisagem política. Um punido sem crime.

O Senador da República, especialmente pela Comissão do Distrito Federal, por

sua vez, não possui nem vocação nem estrutura, para atender as premências legislativas do Distrito Federal, no seu âmbito abrangente.

As carências administrativas passam-lhe desapercibidas. Os anseios da população não lhe encontram teto para formarem eco, pois está voltado para os problemas dos Estados que representa e para os da nação.

Urge pôr termo à iniquidade.

Não se pode mais conter a irrefreável vontade popular de participação no processo político.

O único meio pelo qual se deve concretizar tão almejado anseio é pelo sufrágio universal do voto, em que os eleitores, escolhendo os seus candidatos, alça-os à condição de seus legítimos e direitos representantes no Poder Legislativo.

Este é um desafio onde os pusilânimes não vislumbram a antevisão do ponto crítico e pelo qual só os líderes autênticos e os estadistas sensatos ousam afastar a inconsistência, a incompetência e a ineficácia de vetustos pressupostos e desgastados preconceitos institucionalizados, sem o respaldo do consenso nacional.

O Seminário sobre “O FUTURO POLÍTICO DE BRASÍLIA” trouxe um novo alento as nossas grandes aspirações. Permaneceremos na luta, certos da vitória... mas para alcançá-la mister se faz que mantenhamos acesa a luta desse ideal, cronologicamente irreversível.

Cabe-nos antecipar o futuro histórico.

Brasília, 20 de abril de 1983



Lindberg (com Vera Santana): a ACDF explica posição